

## **IV enanparq**

Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo  
Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016

**As cidades “a partir de baixo”: E. P. Thompson como referência  
para um diálogo entre urbanização e história social**

**SESSÃO TEMÁTICA: Teoria e Método em História da Arquitetura e  
da Cidade**

**Marcos Virgílio da Silva**  
Centro Universitário Belas Artes de São Paulo / FIAMFAAM Centro Universitário  
[marcos.silva@belasartes.br](mailto:marcos.silva@belasartes.br) / [marcos.v.silva@fiamfaam.br](mailto:marcos.v.silva@fiamfaam.br)

## AS CIDADES “A PARTIR DE BAIXO”: E. P. THOMPSON COMO REFERÊNCIA PARA UM DIÁLOGO ENTRE URBANIZAÇÃO E HISTÓRIA SOCIAL

### RESUMO

O trabalho se propõe a discutir, a partir da obra do historiador inglês Edward Palmer Thompson, as potencialidades e limitações da perspectiva de uma “história a partir de baixo” aplicada ao estudo da urbanização, particularmente no caso brasileiro. As contribuições de Thompson, amplamente reconhecidas pelos historiadores ao campo da chamada História Social, merecem uma atenção maior do que tem recebido por pesquisadores ligados aos Estudos Urbanos, mesmo aqueles que abordam as cidades e a urbanização por uma perspectiva histórica. Espera-se avaliar o potencial ainda inexplorado e os desafios ou limitações postos às investigações sobre as cidades inspirados no referencial thompsoniano. Entre outros temas de interesse, vale destacar: a ênfase na “experiência” como procedimento teórico-metodológico de precaução contra as concepções teóricas apriorísticas, às quais a interpretação de fenômenos sociais pode ser às vezes submetida; a ênfase à dimensão cultural de fenômenos e processos usualmente descritos em termos estritamente econômicos (e, conseqüentemente, a recusa a qualquer primazia da “infraestrutura” econômica sobre outras dimensões da formação social; a consideração de certo grau de autodeterminação, mesmo que condicionada e limitada, nos processos de formação social (como no caso da “formação de classe” defendida pelo autor). Por outro lado, deve-se reconhecer que o tema das cidades e da urbanização, ainda que porventura presentes na obra de Thompson, não são uma preocupação de relevo para o historiador. Essa constatação deve servir de alerta para que as pesquisas inspiradas por sua abordagem levem em conta as especificidades do campo disciplinar que vem se consolidando nas últimas décadas, em especial no Brasil (a História Urbana). Ao mesmo tempo, cabe indagar se a pouca atenção até hoje dedicada por urbanistas ao trabalho do historiador inglês não caracterizaria um “ponto cego” que mereceria um debate mais aprofundado.

**Palavras-chave:** Urbanização. História Social. História urbana. Edward Palmer Thompson.

## CITIES “FROM BELOW”: E. P. THOMPSON AS A REFERENCE FOR A DIALOGUE BETWEEN URBANIZATION AND SOCIAL HISTORY

### ABSTRACT

This paper aims at discussing, from the work of English historian Edward Palmer Thompson, the potentialities and limits of the perspective of a “history from below” applied to the study of urbanization, particularly in the Brazilian case. The widely acknowledged contributions by historians to the field of Social History deserve a bigger attention than that the author has have received from researchers related to Urban Studies, even those ones who approach the cities and urbanization from an historical perspective. It is expected to evaluate the yet misexplored potential and the challenges or limitations posed to the investigations about the cities, as inspired by thompsonian referential. Among other themes of concern, there can be highlighted the following: the emphasis on “experience” as a theoretical-methodological procedure for caution against *a priori* conceptions, to which the interpretation of social phenomena can at times be submitted; the emphasis on the cultural dimension of phenomena and processes usually described in strictly economical terms (and, eventually, the refusal to any primacy of economical “infrastructure” over other dimentions of social formation); the consideration of certain degree of self-determination, even if conditioned and limited, on social processes (such as *class formation*, as proposed by the author). On the other hand, it must be recognized that the theme of cities and urbanization is seldom present in Thompson’s work, but not as a relevant concern. This observation should be taken as an alert for research inspired by his approach, that it must take into account the specifities of the disciplinar field that has been consolidating within the last decade in Brazil (Urban

History). At the same time, one should wonder if the little attention given until today by urban researchers to the work of the English historian does not characterize a “blind spot” that deserves a deepened debate.

**Keywords:** Urbanization. Social History. Urban History. Edward Palmer Thompson.

## 1 INTRODUÇÃO

A obra do historiador inglês Edward Palmer Thompson (1924-1993) teve tamanha repercussão no campo da chamada “história social”, fazendo de Thompson um dos autores mais citados do século XX (Hobsbawm 2001, 16). Seus estudos sobre a organização social inglesa no século XVIII e o contexto social que permitiram a emergência de uma “classe operária” autoconsciente já nos primórdios da Revolução Industrial constituíram, desde as décadas de 1960 e 70, referenciais inescapáveis para quem pretendesse abordar os temas por ele explorados – a “formação de classe”, as revoltas populares, a Revolução Industrial, as classes subalternas no contexto capitalista e outros –, o período, ou ainda tivesse interesse em questões metodológicas por ele enfrentadas, como a dimensão social e cultural de fenômenos tidos como fundamentalmente ou primordialmente econômicos, a perspectiva da “história a partir de baixo” (*history from below*), entre outras. Curiosamente, entretanto, o mesmo interesse dos historiadores não se verifica no campo dos “estudos urbanos”, mesmo os de abordagem histórica. O historiador inglês parece ser ainda uma figura que, mesmo conhecida, é relativamente pouco explorada no universo dos estudos da urbanização, em particular a brasileira.

É verdade que o tema das cidades e da urbanização não são uma preocupação de relevo para o historiador: muitas de suas obras, inclusive, dedicam atenção maior ao mundo rural ou das pequenas cidades do interior da Inglaterra, no contexto dos “cercamentos” que marcaram a reorganização inglesa do século XVIII. As cidades não estão, evidentemente, ausentes do trabalho de Thompson, mas o fenômeno da urbanização parece ter sido mais extensamente estudado pelos historiadores que se voltaram ao século XIX, como Eric Hobsbawm ou Raymond Williams (apenas para citar alguns exemplos na historiografia britânica). Talvez por isso seria possível alegar as especificidades do campo disciplinar da História Urbana, ou as peculiaridades da urbanização brasileira. Entretanto, cabe indagar se a pouca atenção até hoje dedicada por urbanistas ao trabalho do historiador inglês não caracterizaria um “ponto cego” que mereceria um debate mais aprofundado.

O presente trabalho pretende abordar, mesmo que em linhas gerais, as potencialidades e limitações da perspectiva de uma “história a partir de baixo” aplicada ao estudo da urbanização. Espera-se, mais do que simplesmente defender ou celebrar o autor inglês, avaliar o potencial ainda inexplorado e os desafios ou limitações postos às investigações sobre as cidades inspirados no referencial thompsoniano.

Partindo de uma breve contextualização biográfica e da indicação de certos aspectos fundamentais de sua obra, este trabalho pretende destacar ao menos três aspectos em que a obra de Thompson poderia ser útil aos estudos urbanos: (i) a ênfase na “experiência” como procedimento teórico-metodológico, em oposição a abordagens “estruturalistas”; (ii) a ênfase à dimensão cultural de fenômenos e processos como a urbanização, usualmente descritos em termos estritamente econômicos; (iii) a consideração de certo grau de autodeterminação, mesmo que condicionada e limitada, nos processos de formação social.

## **2 EDWARD PALMER THOMPSON: ALGUNS APONTAMENTOS BIOGRÁFICOS<sup>1</sup>**

Nascido em 1924, na cidade inglesa de Oxford, Edward Palmer Thompson era o segundo filho de Edward John e Theodosia Thompson, que haviam acabado de retornar à Inglaterra após um período de atuação como missionários metodistas na Índia. E. P. Thompson estudou na metodista *Kingswood School*. Seu irmão, Frank, inspirou em Edward o engajamento na luta antifascista, e sua filiação ao Partido Comunista da Grã-Bretanha (PCGB) abriu caminho para que Edward, em 1942, também se filiasse.

Thompson estudou em Cambridge, onde tomou contato com o marxismo por meio de textos de Christopher Hill e Christopher Caudwell. A formação de Thompson em Cambridge foi interrompida por sua participação militar na Segunda Guerra Mundial. Com o fim da guerra e o retorno a Cambridge para concluir seus estudos, iniciou seu relacionamento com Dorothy Towers, que viria a produzir respeitada obra histórica sobre o movimento cartista, e se tornou sua companheira de toda a vida (PALMER, 1996, p. 69).

Edward e Dorothy buscaram se estabelecer profissionalmente, e Thompson optou pelo ensino para adultos, fixando-se em Yorkshire, onde dava cursos no WEA – Associação Educacional dos Trabalhadores (THOMPSON, 1997, p. 167). Até meados dos anos 1960, enquanto o casal reside em Halifax, Thompson atuou como educador e pesquisador do Departamento de Estudos Extracurriculares da Universidade de Leeds, que mantinha convênios com WEA (Fortes, Negro e Fontes 2001, 26). Simultaneamente, o historiador se dedicava ao PCGB, mas as atividades profissionais e a distância entre Halifax e Londres colocaram obstáculos à sua participação regular no famoso Grupo de Historiadores do Partido Comunista (1946-1956)<sup>2</sup>. A influência de membros do “Grupo” sobre a formação intelectual de Thompson se

---

<sup>1</sup> O historiador Francisco Barbosa de Macedo tem desenvolvido uma densa avaliação da obra de E. P. Thompson e de sua recepção pela historiografia brasileira. O conteúdo deste tópico e do seguinte são baseadas em informações fornecidas por ele, e aqui se dedica um agradecimento especial à generosidade com que compartilha suas próprias reflexões (Macedo 2016).

<sup>2</sup> Ainda que, eventualmente, tenha procurado combater o mito que se criara em torno desse grupo, Thompson declarou, em inúmeras ocasiões, que seu trabalho deveria ser entendido como parte de uma tradição mais ampla, que incluía Maurice Dobb,

evidencia na figura de Dona Torr, que encorajou o historiador inglês a levar adiante suas pesquisas sobre William Morris (Thompson 1955), primeira obra historiográfica de fôlego escrita por Thompson.

Em 1956, após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em que Nikita Krushev apresentou um relatório sobre crimes cometidos durante a era Stalin (1927-1953). Thompson lançou o periódico independente *The Reasoner* juntamente com John Saville, também historiador e membro do PCGB. A pressão, por parte da direção partidária (pouco receptiva a qualquer atividade crítica em relação ao stalinismo, entendendo que poderia tornar o comunismo mais vulnerável às críticas dos ideólogos capitalistas), para que os historiadores interrompessem a circulação da publicação somou-se ao apoio do PCGB à ocupação de Budapeste por tropas da URSS, levando Thompson e Saville a deixar a organização, no que foram acompanhados por muitos membros do PCGB, incluindo boa parte dos historiadores do “Grupo”.

A partir da segunda metade dos anos 1950 e principalmente no fim dos anos 1960, alargou-se a penetração do marxismo no mundo acadêmico, fomentando a combinação do marxismo com diversas outras teorias e permitindo a reconsideração da tradição marxista, e até da teoria do próprio Marx – o que contribuiu para que o marxismo pudesse se revitalizar, modernizar e reforçar. No contexto britânico, a *New Left* ganhou força ainda ao se engajar na Campanha pelo Desarmamento Nuclear (CND) do final dos anos 1950 – militância que dominou a atuação de Thompson a partir de fins dos anos 1970. Somente na segunda metade dos anos 1980, reduzindo o que vinha sendo uma dedicação integral à causa do desarmamento nuclear, Thompson retomou sua obra literária e histórica.

### **3 ALGUMAS PROPOSIÇÕES DA OBRA DE E. P. THOMPSON**

O “Grupo” de historiadores ligados originalmente ao PCGB acabou por desenvolver uma abordagem comum, fundada na análise da história centrada na luta de classes e abordada a partir da experiência das classes subalternas. Nessa concepção, as classes não são entendidas de forma independente de determinações objetivas, mas como formações culturais, abrindo espaço para a ação humana. Iniciativas como a de Thompson e Saville fomentavam, na segunda metade dos anos 1950, um movimento político mais amplo e heterogêneo, que ficou conhecido como *New Left*, que se inseria no processo de transformação do marxismo, intensificado a partir de 1956. É neste contexto que Thompson

---

Dona Torr, Christopher Hill, Eric Hobsbawm e outros, cujas obras Thompson frequentemente declarava que complementavam ou até fundamentavam a sua própria. (KAYE, 1984, p. 5).

escreve *The making of the English working class* (1963). Boa parte do sucesso de *The making*, especialmente no mundo acadêmico, parece estar relacionado ao enfrentamento de alguns dos mais significativos debates teóricos/políticos dos anos 1960. Já nas primeiras páginas do livro, Thompson identificava seus adversários e apresentava suas discordâncias:

*Este [livro] é antes um conjunto de estudos sobre temas correlatos do que uma narrativa sequenciada. Ao selecionar os temas, estava ciente de, por vezes, escrever contra o peso de ortodoxias predominantes. Há a ortodoxia fabiana, onde os trabalhadores em sua grande maioria são vistos como vítimas passivas do laissez-faire, com exceção de alguns organizadores com uma visão de longo alcance (especialmente Francis Place). Há a ortodoxia dos historiadores econômicos empíricos, onde os trabalhadores são vistos como força de trabalho, migrantes ou dados de séries estatísticas. Há a ortodoxia do “Progresso do Peregrino”, onde aquele período é esquadrinhado em busca de pioneiros e precursores do Estado de Bem-Estar Social, progenitores de uma Comunidade Socialista ou (mais recentemente) precoces exemplares de relações industriais racionais. Cada uma dessas ortodoxias tem a sua validade. Discordo das duas primeiras porque tendem a obscurecer a atuação dos trabalhadores, e o grau com que contribuíram com esforços conscientes, no fazer-se da história. Discordo da terceira porque a lê a história à luz de preocupações posteriores, e não como de fato ocorreu. Apenas os vitoriosos (no sentido daqueles cujas aspirações anteciparam a evolução posterior) são lembrados. Os becos sem saída, as causas perdidas e os próprios perdedores são esquecidos (Thompson 1987 [1963], 12-13).*

Thompson fundamenta a noção de “fazer-se” da classe como “um processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos (Thompson 1987 [1963], 9), e não “gerada espontaneamente pelo sistema fabril (Thompson 1987 [1963], 17), opondo-se ao mecanicismo presente no modelo “base/superestrutura” de que se valiam vertentes ortodoxas do marxismo. A concepção thompsoniana amparava-se, fundamentalmente, na noção de “experiência”, definida e introduzida como uma instância mediadora entre as “relações de produção” e a “consciência de classe”, que incluem os juízos de valor de sujeitos capazes de ação consciente.

Um dos aspectos mais importantes da contribuição de Thompson em *The making* reside no método, verificável a partir da própria estrutura narrativa da obra (Fortes 2006, 203): na

seleção de materiais e no modo como os analisa, na articulação entre eles<sup>3</sup>, pode-se compreender a relevância da obra ainda hoje (Fortes e Silva 2007, 19).

A partir de meados dos anos 1960, ele voltaria sua pesquisa histórica para o século XVIII inglês. Em 1967, Thompson publicaria o artigo *Time, Work-Discipline and Industrial Capitalism*<sup>4</sup>, onde procura compreender o processo pelo qual, mais intensamente desde fins do século XVIII na Inglaterra, o ritmo de trabalho irregular, muitas vezes baseado na “orientação pelas tarefas”, passou a ser suplantado pelo ritmo de trabalho regular, ligado à ideia de “uso-econômico-do-tempo”, o que envolveu a formação de novos hábitos de trabalho, a imposição de uma nova disciplina de tempo, e um amplo conjunto de fenômenos, tais como a “divisão de trabalho, supervisão do trabalho, multas, sinos e relógios, incentivos em dinheiro, pregações e ensino, supressão das feiras e dos esportes” (Thompson 1991, 297).

No artigo *The Moral Economy of the English Crowd in the 18<sup>th</sup> Century*<sup>5</sup>, publicado em 1971, Thompson evidencia o intenso conflito social em torno do estabelecimento da economia de mercado não regulado e de sua nova economia política. Thompson sustenta a tese de que os motins da fome na Inglaterra do século XVIII não eram apenas respostas automáticas ao aumento dos preços, maus procedimentos e fome (Thompson 1991b, 152). A “economia moral” consistia em uma reconstrução seletiva de um paternalismo que poderia ser remontados até o século XVI e que era sancionada por uma ética popular fundada em “noções gerais de direito” (Thompson 1991b, 167). O padrão de comportamento da multidão pareceu a Thompson uma demonstração contundente da fragilidade de uma “visão espasmódica da história popular”:

*Segundo essa visão, dificilmente se pode tomar a gente comum como agente histórico antes da Revolução Francesa. Antes desse período, ela se intromete ocasional e espasmodicamente na cena histórica, em períodos de repentina perturbação social. Essas intromissões são antes compulsivas que conscientes ou auto-ativadas: não passam de reações aos estímulos econômicos. (Thompson 1991b, 150)*

Os múltiplos conflitos e os intrincados arranjos sociais envolvidos na criação e aplicação da Lei Negra, decretada em 1723 e reelaborada e mantida até as primeiras décadas do século XIX, estão no centro da pesquisa de *Whigs and Hunters*, livro publicado em 1975 (Thompson

---

<sup>3</sup> No caso da documentação utilizada em *The making*, é comum encontrar baladas populares ou poemas mobilizados para confrontar uma série de dados estatísticos (por exemplo, sobre o aumento do preço do pão), assim como jornais, autobiografias, panfletos, relatórios de espões a serviço do governo, peças teatrais, cartas, romances, canções, variados tipos de iconografia, obras teológicas, hinos religiosos, entre outras fontes.

<sup>4</sup> THOMPSON, E. P. “Time, work-discipline and industrial capitalism”. *Past and Present*, n. 38, 1967. A partir dessa versão, foi produzida a tradução brasileira (Thompson 1991).

<sup>5</sup> THOMPSON, E. P. “The moral economy of the English crowd in the 18<sup>th</sup> century”. *Past & Present*, 50, 1971. A partir dessa versão, foi produzida a tradução brasileira: (Thompson 1991b).

(1987) [1975]). Nele, Thompson explicita o procedimento metodológico da investigação “de baixo para cima”, inclusive ao explorar ao máximo a documentação original, em lugar de dialogar primariamente com a historiografia. Em muitos trechos do livro, Thompson oferece indicações de que a lei poderia ser entendida, fundamentalmente, como recurso mobilizado, instrumental e ideologicamente, pela classe dominante conforme seus interesses. Ainda assim, buscou-se “projetar a imagem de uma classe dominante que estava, ela mesma, submetida ao domínio da lei”, forçando também os dominantes a agir apenas por vias permitidas pelas suas formas jurídicas”: Além disso, a lei acarretava princípios de igualdade e universalidade que teriam de se estender forçosamente a todos os tipos e graus de homens” (Thompson (1987) [1975], 354-359).

Em 1976, Thompson republica sua biografia de William Morris com mudanças significativas, incluindo um pós-escrito de grande repercussão. Nesse texto, Thompson afirma que a grandeza do pensamento de Morris decorria dele não ter se tornado, pura e simplesmente, um marxista (Thompson 2012 [1976], 36-38). O poeta socialista vitoriano teria integrado conceitos marxistas centrais à tradição do romantismo inglês, produzindo algo original (Thompson 2012 [1976], 51-52). A contribuição de Morris (e do romantismo) à crítica do capitalismo e ao projeto do socialismo trazia ao pensamento marxista de fins do século XIX uma nova ênfase, a da crítica moral ao processo capitalista e ao utilitarismo:

*Na crítica de Morris à sociedade capitalista, não há sentido em se considerar a moralidade como um aspecto secundário e o poder e as relações de produção como aspectos primários. A feiura das relações sociais vitorianas e “as vulgaridades da civilização” não eram “senão a expressão externa da baixa moral inata à qual somos forçados pela nossa forma atual de sociedade...” Essa baixa moral era “inata” à sua forma social: “economia” e “moralidade” estavam enredadas no mesmo nexo de relações sociais sistematizadas (...) Depreende-se que a revolta contra essa lógica deve ter um caráter igualmente “econômico” e “moral”. (Thompson 2012 [1976], 90-91)*

No fim do século XIX, Morris ofereceu a possibilidade de junção do marxismo a uma crítica romântica (transformada) do capitalismo. Entretanto, a tradição marxista, então liderada por Engels, desdenhou a originalidade de Morris. Vinte anos após sua ruptura com o PCGB, Thompson tinha então como evidente que Morris oferecia à tradição comunista elementos não somente para a crítica do capitalismo do século XIX mas também do socialismo do século XX (Thompson 2012 [1976], 63-64). Na visão do historiador inglês, o stalinismo revelara em que poderia resultar uma “tradição marxista” que descartasse a ênfase romântica à ação humana, à subjetividade e aos valores morais.

A defesa de uma rica tradição marxista “insular”, que Thompson considerava menosprezada pela segunda *New Left*, passou do debate indireto, em seu segundo *William Morris* e em *Whigs and Hunters*, para o confronto aberto com as vertentes estruturalistas do marxismo, expresso na publicação, em novembro de 1978, do ensaio teórico “The Poverty of Theory: or an orrery of erros”<sup>6</sup>. *The Poverty* teve grande repercussão, em parte, pela virulência da retórica thompsoniana, levada ao extremo de qualificar a obra althusseriana de “merda” não-histórica (Thompson 1981 [1978], 122), mas o historiador inglês via-se como defensor de um legado que vinha sendo atacado, há cerca de uma década, por Althusser e seus acólitos, e não como agressor. Na visão de Thompson, o estruturalismo althusseriano vinha alargando sua influência entre marxistas ingleses por meio da desqualificação sistemática da tradição de 1956 e do humanismo socialista. A notável difusão dos estruturalismos que se multiplicavam a partir dos anos 1960 estaria relacionada, segundo Thompson, à conjuntura da Guerra Fria, mas também a uma desconexão entre teoria e a prática, que se revelava pelo distanciamento, desde os anos 1960, dos intelectuais socialistas (especialmente os participantes da *New Left*), da “atividade política de massa” (Thompson 1981 [1978], 203-204), favorecendo o estabelecimento de um novo tipo de elitismo intelectual:

*Mais uma vez os intelectuais – um grupo escolhido entre eles – receberam a tarefa de iluminar o povo. Não há traço mais característico dos marxismos ocidentais, nem mais revelador de suas premissas profundamente antidemocráticas. Seja Escola de Frankfurt ou Althusser, estão marcados pela acentuada ênfase no peso inelutável dos modos ideológicos de dominação – dominação que destrói qualquer espaço para a iniciativa ou criatividade da massa do povo – uma dominação da qual só uma minoria esclarecida de intelectuais pode se libertar. Sem dúvida, essa predisposição ideológica foi alimentada pelas experiências terríveis do fascismo, da doutrinação da massa pelos meios de comunicação, e do próprio stalinismo. É, porém, uma triste premissa para a teoria socialista (todos os homens e mulheres, exceto nós, são originalmente estúpidos) e destinada a levar a conclusões pessimistas e autoritárias. Além disso, ela provavelmente reforçará a falta de inclinação do intelectual para dedicar-se à atividade política prática. (Thompson 1981 [1978], 205)*

O confronto com Althusser e seus seguidores, que tinha um evidente contexto político, deveria se dar em termos teóricos e, para isso, Thompson trava seu debate com o althusserianismo não a partir do “marxismo”, mas a partir da tradição do materialismo histórico cujas “hipóteses” foram “apresentadas, entre 1845 e 1848, em *A ideologia alemã*, *A miséria da filosofia* e

---

<sup>6</sup> THOMPSON, E. P. *The poverty of theory: or an orrery of errors*. London: Merlin, 1978. O texto foi publicado no Brasil, pela primeira vez, em 1981: (Thompson 1981 [1978]).

*Manifesto comunista*” (Thompson 1981 [1978], 180-182)<sup>7</sup>. Althusser conduziria ao “conceito explícito da história como um ‘processo sem sujeito’”, expulsando a “ação humana (exceto como ‘apoios’ ou vetores de determinações estruturais ulteriores)” (Thompson 1981 [1978], 92). Em contraste, Thompson se dedica a explicitar e desenvolver conceitos que vinham informando sua prática historiográfica desde *The Making* – em especial, o de *experiência*.

Thompson não chega a oferecer uma única e categórica definição de “experiência”, mas insiste nela por não ver outro modo de evidenciar o caráter ativo dos sujeitos. Assim, segundo Thompson, com o conceito de “experiência histórica”, entraríamos “diretamente nos silêncios reais de Marx” (Thompson 1981 [1978], 188-189), sendo um deles a cultura. A ênfase conferida por Thompson ao papel ativo dos sujeitos, por meio dos conceitos de “experiência” e “cultura”, tinha como contrapartida a negação da eficácia e abrangência então atribuídas à ideologia por vertentes estruturalistas do marxismo:

*Não estamos dizendo que os valores são independentes da coloração da ideologia (...). Mas supor a partir disso que sejam “impostos” (por um Estado!) como “ideologia”, é equivocar-se em relação a todo o processo social e cultural. Essa imposição será sempre tentada, com maior ou menor êxito, mas não pode alcançar nenhum êxito, a menos que exista uma certa congruência entre as regras e a visão-de-vida impostas e a questão necessária de viver um determinado modo de produção. Além disso, os valores, tanto quanto as necessidades materiais serão sempre um terreno de contradição, de luta entre valores e visões-de-vida alternativos. (Thompson 1981 [1978], 194).*

## 4 QUESTÕES PARA A HISTÓRIA DA URBANIZAÇÃO

Uma análise mais extensa da obra de E. P. Thompson ultrapassa os limites deste trabalho, mas apenas um breve apontamento de suas principais posições e polêmicas deve ser suficiente para reconhecer um rol de questões pertinentes a serem tratadas também no estudo das cidades brasileiras. Neste tópico, serão apontadas três das que se considera aqui fundamentais – para as quais o referencial thompsoniano pode se revelar frutífero.

### 4.1 CRÍTICA DO ESTRUTURALISMO

Historicamente, a adoção de modelos estruturalistas ou sistêmicos após a Segunda Guerra Mundial está ligado estreitamente ao contexto da polarização entre “sistemas” econômicos/sociais e, principalmente, políticos, a que se chamou “Guerra Fria”. No bojo de

---

<sup>7</sup> Os adversários de Thompson amparavam-se, de modo geral, em: “*O Capital*”, “*Grundrisse*” e “*Contribuição à crítica da Economia Política*”.

um violento patrulhamento ideológico, o Ocidente se viu às voltas com uma tendência marcadamente conservadora, caracterizada por um “um vocabulário *burguês*, uma apologia do *status quo* e uma invectiva contra os hereges ‘utópicos’ e ‘mal-adaptados’”. O alinhamento à ideologia burguesa era codificado como “normalidade” e, assim,

*Na década de 1950 os estruturalismos (...) fluíam com a corrente, e se reproduziam por toda parte como ideologia; a psicologia preocupava-se com o ‘ajustamento’ à ‘normalidade’, a sociologia com o ‘ajustamento’ a um sistema social auto-regulador, ou em definir os hereges como ‘desviantes’ em relação ao ‘sistema de valor’ do consenso, a teoria política com os circuitos da psefologia”. (Thompson 1981 [1978], 86).*

Sua crítica incide principalmente sobre a “estase conceptual” construída com categorias não-históricas, estáticas. As principais delas são as categorias matemáticas, apoiadas unicamente numa lógica que é determinada de antemão e acaba constituindo, desta forma, uma abordagem fechada em si mesma e auto-confirmadora – as conclusões já estão previamente garantidas pelas premissas adotadas<sup>8</sup>.

Para qualquer conhecimento que se proponha *histórico*, categorias estruturalistas apresentam o problema ainda mais difícil que é a negação da “agência humana” – assim, abre-se a possibilidade de estudo, mesmo de uma cidade, sob a perspectiva de “fluxos”, “redes” ou “cadeias” abstratas, nas quais os homens desempenham apenas o papel de vetores (*Träger*) das estruturas predefinidas. Nas diversas abordagens “sistêmicas” da cidade (que, certamente, inclui a vertente “ecossistêmica”) o comportamento humano é codificado como uma ação regulada/ordenada, limitada e mesmo determinada, visão característica de uma tendência de concepção da história como “um processo sem sujeito”. É evidente que, baseada em tal concepção, é inteiramente verossímil que o comportamento humano – seja em nível individual ou coletivo – seja passível de modelagem, previsão, controle – toda contradição, toda ambigüidade e toda “irracionalidade” já foi previamente esvaziada:

*as ciências naturais falam de complexas estruturas moleculares e o torque do ADN; as instituições estão sujeitas à análise sistêmica; e dentro de tudo isso chegam, com inevitável pontualidade, a cibernética e o computador, que peneiram, separam e organizam imparcialmente todas as linguagens (...) sob uma única condição: a de que*

---

<sup>8</sup> Assim, por exemplo, a tendência à “modelagem” computacional de fenômenos urbanos incorre no erro de “confundir as descobertas de certas disciplinas analíticas com a ‘verdade’ sobre o fenômeno total, do qual os procedimentos daquela disciplina selecionaram apenas evidências relevantes (...); essa disciplina define seu próprio campo de investigação e escolhe suas evidências de acordo com tais definições, sendo as suas descobertas relevantes nos seus próprios termos” (Thompson, 1981, 166).

*as categorias que ele ingere sejam inambíguas e constantes, de conformidade com a constância de seu próprio complexo programa binário. (Thompson, 1981, 123-124)*

Se é possível considerar “o estruturalismo” como uma corrente intelectual “ultrapassada”, nem por isso o problema pode ser considerado resolvido. Isto porque não estão devidamente superadas as condições que engendraram essa forma de pensamento, e porque certamente a muitos interessa manter uma “ideologia de estase” que dificulte, paralise ou mesmo impossibilite a crítica. Em relação ao primeiro aspecto, é necessário confrontar a profunda cisão entre a “teoria” e a “prática” discutida anteriormente. Facilmente o urbanista – e mesmo o historiador urbano – tem-se arrogado uma compreensão “do todo” do fenômeno urbano para o qual a voz e os desígnios dos cidadãos pouco teriam a acrescentar.

O manejo da cidade concebido como uma questão eminentemente técnica (*regulação* dos fluxos de energia ou de “informação”, os ciclos de matéria, adequando os níveis de produção e consumo, entre outros) reitera pressupostos de análise e intervenção urbanística herdados ainda de métodos do urbanismo do século XIX<sup>9</sup>. A tendência à tecnocratização e à negação da dimensão política do planejamento urbano têm sido amplamente questionadas pelos urbanistas engajados no movimento pela participação popular no planejamento urbano. Para essa vertente alternativa, a caracterização thompsoniana da “formação de classe” como um processo em que os indivíduos tomam parte ativa e protagonista pode auxiliar no reconhecimento de numerosas formações sociais outras, que não se restrinjam sequer aos movimentos sociais formalmente constituídos ou institucionalizados em torno de pautas diretamente “urbanas”, como a habitação, transporte ou saneamento.

#### 4.2 URBANIZAÇÃO COMO FENÔMENO CULTURAL

A crítica ao “modelo de base e superestrutura”, caracteristicamente estruturalista, levanta ainda outra questão: a ideia de que é possível isolar relações sociais “econômicas” das “não econômicas”. Thompson salienta que tanto a exploração pode ocorrer em diferentes âmbitos da vida social (no consumo, na cultura, na produção etc.) como uma mesma relação de exploração pode se desdobrar em múltiplas dimensões.

Evidentemente, abordar a relação entre “cidade” e “cultura” envolve uma discussão demasiado ampla para ser empreendida neste espaço. Sabe-se que a dimensão *cultural* relacionada ao processo de urbanização é amplamente reconhecida: basta lembrar algumas

---

<sup>9</sup> As análises do urbano efetuadas por muitos ambientalistas contemporâneos, por exemplo, tenderão a renovar estereótipos oitocentistas sobre as cidades: a questão da concentração populacional ecoa o antigo terror perante a “turba” ou a “multidão”; a abordagem tecnicizada e baseada numa perspectiva do “observador externo” aparelhado pelos códigos (eco-)sistêmicos, pouco contribui para superar a estreita associação entre degradação ambiental e moral que orientou grande parte do urbanismo a partir de meados do século XIX.

referências “clássicas” como as de Louis Wirth (Wirth 1938) ou Lewis Mumford (Mumford 1961). No entanto, observa-se que não raro tais abordagens acabam caracterizadas como *culturalistas*, o que sugere uma caricatura (quando não desqualificação) dessa forma de compreender o fenômeno urbano. Pode-se recordar a denominação, tal como utilizada por Françoise Choay, para caracterizar uma postura passadista ou nostálgica. Segundo este modelo, o “escândalo histórico” contra o que investem seus partidários é “o desaparecimento da antiga unidade *orgânica* das cidades, sob a pressão desintegradora da industrialização” (Choay 1979, 11). Se a urbanização, vista sob a ótica “culturalista”, é representada normalmente sob o signo da *perda*, o modelo preconizado de intervenção acaba apontando para uma diretriz de preservação (com o intuito de refrear a transformação) ou restauração (retornar a uma condição original perdida). Noções centrais a este modelo são as de contenção, circunscrição, além de considerações estéticas de proporção, harmonia, equilíbrio (embora não necessariamente de simetria, por exemplo).

Além do modelo descrito por Choay, há o que Castells (por sinal, originalmente marxista filiado ao estruturalismo althusseriano) criticou como a premissa que fundamenta a “tendência culturalista” da análise da urbanização:

*(...) a correspondência entre um certo tipo técnico de produção (essencialmente definido por uma atividade industrial), um sistema de valores (o “modernismo”) e uma forma específica de organização do espaço, a cidade, cujos traços distintivos são uma certa forma e uma certa densidade. (Castells 1983, 16)*

A indicação de tais características de uma abordagem “culturalista” da urbanização obriga a uma problematização: acatar o “ismo” que se imputa a uma abordagem da urbanização a partir da produção cultural da cidade significaria não menos do que reificar a cidade como um ente criador de “cultura”, e ignorar a expressão material dessa mesma cultura na cidade em favor da consideração apenas de um “sistema de valores” ou de signos. Quando se observa que a atribuição do sufixo “ismo” imprime um tom depreciativo e caricato, tem-se em mente a tradição marxista ortodoxa que costuma situar os fenômenos culturais na esfera da “superestrutura” – ou seja, uma instância secundária, subordinada ou (no mínimo) dependente de outras variáveis primordiais – a “base”. Conquanto não seja comum atualmente a utilização direta desta metáfora, é impossível subestimar o alcance e influência desta concepção na historiografia da urbanização.

Esta influência parece dever-se, ao menos em parte, justamente à recepção concedida ao trabalho de Manuel Castells (em especial ao seu *A Questão Urbana*). Vale observar que Castells se vale da análise de uma tradição sociológica que remonta a Tönnies, Spengler, Simmel, e à chamada Escola de Chicago para caracterizar como “mito” a ideia de “cultura

urbana” (Castells 1983, 100-112). Uma vez que as questões de conteúdo simbólico, valorativo e imagético são remetidas à esfera da “ideologia urbana” (capítulo II), justifica-se o interesse dos urbanistas por questões supostamente mais “determinantes”. Grande ênfase é comumente dada, assim, à compreensão, análise e crítica de grandes *processos* aos quais se liga a “questão urbana”. De acordo com os alinhamentos delineados por Castells, nota-se certa prevalência nas relações estabelecidas entre o tipo técnico de produção (industrialização) e a forma de organização do espaço (cidade) – cujos traços distintivos (forma e densidade) realçaram, especialmente para o caso da cidade de São Paulo no século XX, a questão do crescimento populacional e, em particular, a questão migratória. De fato, a relação entre urbanização, industrialização e migração chamou a atenção de cientistas sociais desde bastante cedo, e resultasse, na consideração de questões como a relação entre a migração e a estruturação urbana, entre a industrialização e urbanização.

Tais estudos têm privilegiado a compreensão de grandes processos e das respostas técnicas a essas questões por parte do poder público e de arquitetos e urbanistas, enquanto pesquisas voltadas a temas como o cotidiano da população e seus modos de vida em meio a esses processos têm sido pouco frequentes no âmbito da História da Arquitetura e Urbanismo. Um enfoque que, sendo útil para a compreensão da urbanização em uma escala geral e mesmo comparativa, e até da compreensão da constituição do urbanismo como disciplina e saber técnico, por vezes perde de vista a concretude da urbanização no que diz respeito à *experiência* humana envolvida, especialmente quando se trata dos indivíduos que compõem a “massa” de trabalhadores, vindos à cidade para trabalhar na indústria em plena expansão.

Essa ótica contribuiu para relegar os trabalhadores e demais classes subalternas a um papel secundário e, muitas vezes, passivo na construção das cidades. Daí que se considera fundamental recuperar uma visão que inclua a dimensão cultural e experiencial da urbanização, fundamental para a (re)construção de uma história social da urbanização paulistana que também leve em conta o ponto de vista dessas classes subalternas.

#### 4.3 A URBANIZAÇÃO VISTA “DE BAIXO”

A proposição de uma história urbana “a partir de baixo” implica, evidentemente, tomar como ponto de partida a *experiência* vivida dos habitantes das cidades torna impossível tratar a (trans)formação das cidades a partir de categorias abstratas e reificadas (“o capitalismo gera”, “a sociedade brasileira produz”, e generalizações do tipo), e dificilmente se contentará com a primazia dada à economia como força motriz preponderante da urbanização.

Mais do que isso, porém, o estudo a partir dessa perspectiva requer a revisão de certos procedimentos de pesquisa – fundamentalmente, ampliar o corpo documental com que se verifica a visão da cidade, de modo a incluir registros oriundos dessas classes subalternas, o

que implica atentar também para fontes documentais não escritas (visto que somente em tempos muito recentes a alfabetização começou a se aproximar da universalização), discursos não formalizados e nem sempre inteiramente articulados. Deve-se buscar neles não apenas a “ilustração” de fenômenos previamente reconhecidos e decodificados, mas justamente indagar acerca da possibilidade de emergência de novos fenômenos, acontecimentos não identificados anteriormente, onde a população exerce – sob circunstâncias desfavoráveis, pressões e limitações severas à sua ação – algum grau de protagonismo e criatividade.

Isto significa, por exemplo, atentar mais cuidadosamente para os fenômenos disruptivos, as chamadas “insurgências” – que apenas recentemente passaram a merecer observação mais próxima. Avaliar esses fenômenos implica abandonar certa visão dos processos de formação da sociedade brasileira, segundo a qual os acordos, as negociações e as acomodações foram sempre mais importantes do que as lutas. As conquistas sociais, sob essa perspectiva, permanecem como uma concessão, uma benesse, dada pelo Estado – portanto, pelas elites – como recompensa por “bom comportamento”, ao passo que a “desordem” sempre justifica uma violenta ação repressiva e a supressão de direitos. Implica também abandonar o pressuposto de que as insurgências remetem a ações descoordenadas, caóticas e “selvagens”, sempre reativas a impulsos anteriores (normalmente econômicos) e de ocorrência “espasmódica” – como se revoltas populares não fossem recorrentes e até constantes na história brasileira. Por fim, implica reavaliar o papel que o urbanista tem tido nessa interação entre a ordem social (mediada ou promovida pelo Estado) e rebelião popular: quantas vezes a ação do urbanista sobre a cidade tem sido, de fato, dirigida ao silenciamento (“pacificação”) da vontade da população a quem supostamente pretendeu beneficiar? Quantos e quais são os urbanistas que se dedicaram a reconhecer a agência dos atores populares e contribuir, “a partir de baixo”, para a criação de cidades dignas e democráticas?

## **5 CONCLUSÃO**

Uma conclusão em poucas palavras: talvez a maior e mais significativa contribuição thompsoniana deve residir no reconhecimento de um discurso válido das classes subalternas acerca de sua própria história. A democratização decorrente dessa abordagem deve-se mostrar evidente: permite que os cidadãos escrevam também sua própria história, em seus termos e com suas próprias ênfases. Uma vez reconhecida a sua voz na narração histórica, não deverá ser de grande dificuldade reconhecer também a capacidade de expressar seus próprios desígnios e projetos para a cidade atual; é claro para nós, como era também para

Thompson, que a emancipação pela história tem grande efeito educativo e formativo para a busca de uma emancipação no tempo presente.

## BIBLIOGRAFIA

Castells, Manuel. *A Questão Urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

Choay, Françoise. *Urbanismo: Utopias e Realidades. Uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

Fortes, Alexandre. “‘Miríades por toda a eternidade’: a atualidade de E. P. Thompson.” *Tempo Social*, v. 18, n. 1, 2006: 197-215.

Fortes, Alexandre, and Amanda M. da Silva. “Revisitando um clássico da história social: a estrutura narrativa de A formação da classe operária inglesa.” *Revista Universidade Rural: Série Ciências Humanas*, v. 29, n. 2, 2007: 01-24.

Fortes, Alexandre, Antonio Luigi Negro, and Paulo Fontes. “Peculiaridades de E. P. Thompson.” In *E. P. Thompson - As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*, by Antonio Luigi Negro and Sergio Silva. Campinas, SP: Unicamp, 2001.

Hobsbawm, Eric J. “E. P. Thompson.” In *E. P. Thompson: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*, by Antonio Luigi Negro and Sergio Silva. Campinas, SP: Unicamp, 2001.

—. *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Kaye, Harvey J. *The British Marxist historians*. Oxford: Polity Press, 1984.

Macedo, Francisco. *O (re)fazer-se da historiografia: a obra de E. P. Thompson na produção discente do Programa de Pós-Graduação em História da Unicamp (1982-2002)*. Tese (Doutorado) - Relatório Parcial, São Paulo: FFLCH-USP, 2016.

Mumford, Lewis. *A cultura das cidades*. Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 1961.

Palmer, Bryan D. *Edward Palmer Thompson: objeções e oposições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

Thompson, Edward Palmer. “A economia moral da multidão inglesa no século XVIII.” In *Costumes em comum*, by Edward Palmer Thompson. São Paulo: Cia. das Letras, 1991b.

—. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 [1963].

- . *A miséria da teoria: ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1981 [1978].
- \_\_\_ . “O Espírito Whig sem o Elitismo (Entrevista).” In *Liber - 1*, by Pierre Bourdieu and Sérgio Miceli. São Paulo: Edusp, 1997.
- . *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (1987) [1975].
- \_\_\_ . “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial.” In *Costumes em comum* , by Edward Palmer Thompson. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- \_\_\_ . “William Morris: romantic to revolutionary – Pós-escrito.” In *E. P. Thompson: política e paixão*, by Ricardo Müller and Adriano L. Duarte. Chapecó, SC: Argos, 2012 [1976].
- . *William Morris: romantic to revolutionary*. London: Lawrence and Wishart, 1955.
- Wirth, Louis. “WIRTH, Louis. Urbanism as a Way of Life.” *The American Journal of Sociology*, Vol. 44, No. 1. , 1938: 1-24.